

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro e 2014 e de 2013 (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

O IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas (“Instituto”), criado em 1992, é uma sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião.

O Instituto está domiciliado no Brasil. A sede social do Instituto está localizada no Km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na cidade de Nazaré Paulista/ SP.

O Instituto possui participação de 99% Empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda. (“Controlada”), que tem como objetivo social a realização de inventários de emissão de gases de efeito estufa; a realização de projetos de restauração florestal; realização e monitoramento por meio de acompanhamento do crescimento e do armazenamento de carbono das áreas reflorestadas. A participação do Instituto não possui finalidade lucrativa na empresa supracitada.

Renovação do certificado de OSCIP

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça, datado em 28 de junho de 2008, de acordo com a lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, e teve sua condição de OSCIP renovada anualmente (por aquele órgão até 31 de julho de 2009). O atual certificado de qualificação como Organização Social de Interesse Público do Instituto encontra-se em processo de renovação, o qual está sendo devidamente acompanhado pela administração.

Renovação de certificado de Entidade Ambientalista

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/02, para o exercício de 2014/2015, com validade até 30 de março de 2016.

O Instituto goza da isenção de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por se tratar se de uma entidade, sem fins lucrativos, todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras mediante retenção por parte das instituições financeiras nas quais as aplicações financeiras são realizadas, bem como o recolhimento de obrigações previdenciárias (INSS cota patronal) e PIS sobre a folha de pagamento.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas foram autorizadas pelo conselho de administração em 15 de maio de 2015.

Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- i) ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo;
- ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, são apresentadas em Real que é a moeda funcional do Instituto.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

2.3. Base de consolidação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis do Instituto e de sua Controlada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.1.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações do Instituto e da Companhia controlada Empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda. (“Controlada”), cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é resumida como segue:

Razão social	País sede	% – Participação	
		2014	2013
Empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda.	Brasil	99%	99%

A Controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo esta data na qual o Instituto obtém controle. As demonstrações contábeis da Controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas consistentes. Todos os saldos intragrupo, como receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundas de transações intragrupo, são eliminados por completo.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a. Apuração do superávit/ déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados em projetos a executar originados de contratos com entidades públicas e privadas, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;
- **Consumo como despesa:** quando ocorrem os gastos dos projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- **Rendimento de aplicações financeiras:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

b. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pelo Instituto são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros não derivativos, (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) empréstimos e recebíveis, (iv) caixa e equivalentes de caixa; e (v) passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Ativos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as rubricas de contas a receber e outras contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Passivos financeiros não derivativos

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros que o Instituto possui são com fornecedores e outras contas a pagar.

c. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras, ajustados, quando necessário, por provisão para redução ao seus valores justos.

d. Investimento em controlada

O investimento na Controlada é contabilizado balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada e atualizado com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamento técnico CPC18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da Controlada, o Instituto reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Instituto e a Controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

A participação societária na Controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos quotistas da Controlada.

As demonstrações contábeis da Controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Instituto. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Instituto.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Instituto determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Instituto em sua Controlada. O Instituto determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Instituto calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a Controlada, o Instituto avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da Controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	A partir de 01/01/2014	A partir de 01/01/2013
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Veículos e embarcações	5 anos	5 anos
Equipamentos científicos	10 anos	10 anos
Instalações (Casas pré-fabricadas)	25 anos	25 anos
Software	5 anos	5 anos
Equipamento de informática e comunicação	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

f. Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

g. Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para “Redução ao valor recuperável”, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

h. Ajuste a valor presente (AVP) de ativos e passivos

A Administração do Instituto não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

j. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

l. Imposto de renda e contribuição social (apenas na controlada)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para constituição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

m. Gerenciamento do risco financeiro

A Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionando os objetivos do Instituto, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 25.

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter a desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

n. Demonstração dos fluxos de caixa

A Administração do Instituto apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

4. Demonstrações contábeis do exercício anterior

Reclassificação de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras. As aplicações financeiras do Instituto representam recursos vinculados que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente às obrigações do contrato de gestão de projetos patrocinados. Desta forma, o montante anteriormente apresentado em caixa e equivalente de caixa foi reclassificado para aplicação financeira para melhor apresentação e comparabilidade.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Bancos conta movimento				
Arvorar	-	-	251	1.108
Recursos livres – IPÊ	3.396	23.333	3.396	23.333
Recursos vinculados – projetos a executar	1.952.061	2.919.199	1.952.061	2.919.199
Total de bancos conta movimento	1.955.457	2.942.532	1.955.708	2.943.640
Aplicações financeiras				
Arvorar	-	-	-	1.201
Recursos livres – IPÊ	218.573	141.583	218.573	141.583
Total de aplicações financeiras	218.573	141.583	218.573	142.784
Total	2.174.030	3.084.115	2.174.281	3.086.424

Os saldos de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 97% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2014).

6. Aplicações financeiras – curto prazo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Recursos vinculados – projetos a executar				
Aplicações financeiras	2.281.487	2.392.666	2.281.487	2.392.666
Total	2.281.487	2.392.666	2.281.487	2.392.666

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 97% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2014).

7. Contas a receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Clientes Diversos – produtos	3.730	2.811	3.730	2.811
Clientes Diversos – serviços	7.270	37.847	7.270	37.847
Doações a receber	39.155	6.841	39.155	6.841
Projetos em Execução	1.126.615	-	1.126.615	-
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	-	-	5.625	5.463
AES Tietê S.A.	-	-	12.345	20.644
Outros	-	-	8.378	8.394
Total	1.176.770	47.499	1.203.118	82.000

8. Adiantamentos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamento de despesas de projetos	49.017	87.422	49.017	87.422
Fornecedores	-	-	5.907	28.708
Despesas de projetos – Arvorar	-	-	-	-
Sabesp	-	-	2.675	5.050
Total	49.017	87.422	57.599	121.180

9. Empréstimos a Receber

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos				
Empréstimos – Arvorar	253.101	66.500	-	-
Transferência de Recursos ADM/ Projetos	82.498	76.682	82.498	76.682
Empréstimos para Projetos	281.812	197.346	281.812	197.346
Total	617.411	340.528	364.310	274.028

Empréstimos – Arvorar

A partir da decisão de encerrar as atividades da empresa Arvorar após cumprir com todos os compromissos assumidos com os clientes, o Instituto IPÊ faz empréstimos mensais para a Arvorar para pagamento das despesas.

Transferências de Recursos ADM/ Projetos

As Transferências da ADM são valores a receber de projetos ou outras áreas do IPÊ relativos a rateio de despesas como aluguel, telefone, internet, energia, água, folha de pagamento.

Empréstimos para Projetos

De uma forma geral, os projetos ou áreas solicitam empréstimos a ADM, quando há atraso do financiador em repassar os recursos, com o objetivo de evitar a paralização das atividades.

10. Aplicações financeiras – longo prazo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Tribanco S.A.	3.076.302	3.020.493	3.076.302	3.020.493
Endowment Itaú Unibanco S.A. (*)	9.049.457	8.699.523	9.049.457	8.699.523
Total	12.125.759	11.720.016	12.125.759	11.720.016

(*)O saldo de aplicações financeiras corresponde aos Fundos Endowment constituídos com utilização restrita, ou seja o Instituto apenas poderá utilizar os rendimentos que ultrapassarem o percentual da inflação do ano.

11. Investimentos

a) Informações a respeito da Controlada

	2014	2013
Número de cotas possuídas	49.500	49.500
Percentual de participação	99%	99%
Capital social	50.000	50.000
Patrimônio líquido	(207.838)	957
(Prejuízo) do exercício	(208.794)	(326.647)

b) Movimentação dos investimentos

	2014	2013
Saldo inicial	947	624.625
(+) Resultado da equivalência Patrimonial	(947)	(323.380)
(-) Transferência de quotas	-	1000
(-) Baixa de dividendos pagos a não controladores	-	(301.297)
Saldo em 31 de dezembro	-	947

A empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda. (“Controlada”), é uma sociedade limitada que tem como objeto social a realização de inventários de emissões de gases de efeito estufa (“GEE”); a realização de projetos de restauração florestal; realização e monitoramento através de acompanhamento do crescimento e do armazenamento de carbono das áreas reflorestadas, realização de consultoria para adequação legal de propriedades, comercialização de crédito de carbono e outros.

Em 10 de março de 2008 o Instituto aplicou parte de seus recursos na constituição da Controlada, empresa com fins lucrativos e da qual participa com 99% do capital social total, o que monta R\$50.000. A Controlada foi constituída juntamente com outros membros/funcionários do Instituto e iniciou suas atividades operacionais ainda em 2007. A participação do Instituto, que não possui finalidade lucrativa na Controlada foi assessorada por consultores jurídicos contratados, cujo parecer foi favorável, todavia com a ressalva de que uma consulta prévia deveria ser efetuada ao Ministério da Justiça. Em 27/08/2004 foi protocolado o pedido de consultoria a Coordenadoria de Entidades Sociais (COESO), Departamento de Justiça, Títulos e Classificação – Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça, e, até a presente data não houve manifestação por parte do Ministério da Justiça.

12. Imobilizado

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades, e estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora					
Descrição	% – Taxas de depreciação / amortização	2014			2013
		Custo corrigido	Depreciação / amortização acumulada	Líquido	Líquido
IPÊ					
Terrenos	-	411.654	-	411.654	411.654
Veículos	20%	500.897	(263.791)	237.106	273.189
Embarcações	20%	458.229	(440.283)	17.946	63.769
Equipamentos de informática	20%	452.378	(378.319)	74.059	69.896
Móveis e utensílios	10%	157.875	(123.736)	34.139	40.190
Máquinas e equipamentos	10%	200.812	(86.538)	114.274	75.084
Equipamentos científicos	10%	25.027	(24.650)	377	2.880
Instalações (Casas pré-fabricadas)	4%	24.340	(10.876)	13.464	14.681
		2.231.212	(1.328.193)	903.019	951.343
Recursos vinculados					
Veículos	20%	622.945	(568.094)	54.851	47.028
		622.945	(568.094)	54.851	47.028
Total do ativo imobilizado		2.854.157	(1.896.287)	957.870	998.371

Consolidado					
Descrição	% – Taxas de depreciação / amortização	2014			2013
		Custo corrigido	Depreciação / amortização acumulada	Líquido	Líquido
IPÊ					
Terrenos	-	411.654	-	411.654	411.654
Veículos	20%	500.897	(263.791)	237.106	273.189
Embarcações	20%	458.229	(440.283)	17.946	63.769
Equipamentos de informática	20%	461.384	(386.391)	74.993	72.391
Móveis e utensílios	10%	157.875	(123.736)	34.139	40.190
Máquinas e equipamentos	10%	210.536	(90.838)	119.698	81.481
Equipamentos científicos	10%	25.027	(24.650)	377	2.880
Instalações (Casas pré-fabricadas)	4%	24.340	(10.876)	13.464	14.681
		2.249.942	(1.340.565)	909.377	960.235
Recursos vinculados					
Veículos	20%	622.945	(568.094)	54.851	47.028
		622.945	(568.094)	54.851	47.028
Total do ativo imobilizado		2.872.887	(1.908.659)	964.228	1.007.263

Imobilizado – IPE

Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade do Instituto.

Imobilizado – recursos vinculados

As adições ocorridas durante o exercício de 2014 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento aos contratos junto às entidades públicas e privadas.

A Administração do Instituto adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com as entidades públicas e privadas, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos projetos em execução. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de projetos a executar, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de despesa de depreciação.

Movimentações no ativo imobilizado

	Controladora				Saldos em 31/12/2014
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	
Imobilizado – IPÊ					
Terrenos	411.654	-	-	-	411.654
Veículos	320.217	113.224	(9.000)	(132.484)	291.957
Embarcações	63.769	-	-	(45.823)	17.946
Equipamentos de informática	69.896	27.317	-	(23.154)	74.059
Móveis e utensílios	40.190	1.899	-	(7.950)	34.139
Máquinas e equipamentos	75.084	52.709	-	(13.519)	114.274
Equipamentos científicos	2.880	-	-	(2.503)	377
Instalações (Casas pré-fabricadas)	14.681	-	-	(1.217)	13.464
	998.371	195.149	(9.000)	(226.650)	957.870
Consolidado					
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Depreciação	Saldos em 31/12/2014
Imobilizado – IPÊ					
Terrenos	411.654	-	-	-	411.654
Veículos	320.217	113.224	(9.000)	(132.484)	291.957
Embarcações	63.769	-	-	(45.823)	17.946
Equipamentos de informática	72.391	27.317	-	(24.715)	74.993
Móveis e utensílios	40.190	1.899	-	(7.950)	34.139
Máquinas e equipamentos	81.481	52.709	-	(14.492)	119.698
Equipamentos científicos	2.880	-	-	(2.503)	377
Instalações (Casas pré-fabricadas)	14.681	-	-	(1.217)	13.464
	1.007.263	195.149	(9.000)	(229.184)	964.228

13. Intangível

Descrição	% – Taxas de depreciação / amortização	2014		2013	
		Custo corrigido	Depreciação / amortização acumulada	Líquido	Líquido
Controladora					
Software	20%	22.398	17.777	4.621	7.313
		22.398	17.777	4.621	7.313
Consolidado					
Software	20%	22.398	17.777	4.621	7.313
		22.398	17.777	4.621	7.313

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo, individual e consolidado, da rubrica contábil de Fornecedores era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

15. Obrigações trabalhistas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Provisão de férias e encargos sociais	136.081	156.508	136.081	168.073
Salários e ordenados	-	48.381	-	48.381
IRRF sobre folha de pagamento	5.641	7.879	5.641	7.879
Pis sobre folha de pagamento	1.643	1.661	1.643	1.661
Contribuições sindicais a pagar	59	55	59	176
Total	143.424	214.484	143.424	226.170

16. Projetos a executar

O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados recebidos de patrocinador ainda não utilizados. Essa vinculação representa a destinação exclusiva dos recursos à execução dos projetos contratados com o patrocinador. O saldo dos projetos no encerramento do exercício esta representado da seguinte forma:

Composição dos projetos

Descrição	2014	2013
Circulante		
Bradesco	1.698.199	2.725.893
Escas (Nazaré Paulista)	-	59.329
BNDES	36.792	275.858
Projeto Multiplicando Saberes	114	141.263
Desenv. de Produtos da Sociodiversidade	128.404	119.930
Fundo Vale	222.720	85.589
Arvorar	237.154	115.112
Fundo CP	67.615	203.412
Nascente verdes	97.509	269.971
Escas Bahia	10.383	130.309
MBA	14.746	116.554
Detetives ecológicos	72.339	669
Onça do alto Paraná	269.529	133.692
Conservação MLCP	24.962	36.526
Nativa	-	15.218
Anta do pantanal	26.433	2.564
Anta	-	72
Administração da universidade	67.615	93.687
Conservação MLP	98.447	79.053
Outros projetos	1.442.261	981.192
Saldo final	4.515.222	5.585.893

17. Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é constituído pelos superávits acumulados. Conforme determinado em seu Estatuto Social, em caso de dissolução, a Assembleia Geral deverá decidir a destinação do patrimônio social, sendo distribuído à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social.

18. Receitas operacionais

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Financiadores e doadores	8.264.830	6.888.507	8.264.830	6.888.507
Prestadores de serviços	1.241.423	777.891	1.286.644	1.135.551
Vendas	49.911	43.203	49.911	43.203
Total	9.556.164	7.709.600	9.601.384	8.067.260

A receita de financiadores e doadores são provenientes de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais, destinadas ao cumprimento do objeto social do Instituto.

A receita com prestação de serviços é proveniente de cursos realizados pelo Instituto e também de pequenos serviços prestados pelo IPÊ.

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

19. Despesa com pessoal

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários	363.298	308.443	440.710	382.097
Férias	53.581	102.348	61.370	111.653
13º Salário	60.935	104.989	67.831	118.770
INSS	170.311	144.701	194.065	175.386
FGTS	35.541	32.777	43.410	41.519
Alimentação	158.954	149.500	179.137	177.172
Outros	16.765	27.343	17.121	38.787
Total	859.385	870.101	1.003.644	1.045.384

20. Despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Telefone	40.573	43.898	40.573	43.925
Combustível	91.033	92.960	97.541	121.055
Prestação de Serviços Profissionais (a)	1.300.530	542.779	1.381.413	908.883
Água/Luz	28.290	14.755	29.016	15.090
Internet	49.658	14.488	49.718	15.031
Outros	87.922	132.998	97.764	197.773
Total	1.598.006	841.878	1.696.025	1.301.757

(a) A rubrica contábil de prestação de serviços profissionais corresponde a gastos com contratação de assessoria jurídica, contábil, consultoria, segurança, e outros.

21. Despesa com viagens

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lanches e Refeições	40.257	38.072	40.257	38.072
Hospedagem	105.396	25.351	105.396	25.351
Passagem / Transporte	369.180	417.063	369.180	417.063
Combustível / Pedágio	12.963	16.419	12.963	16.419
Total	527.796	496.905	527.796	496.905

22. Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Variação cambial	17.725	190.551	17.725	190.551
Juros sobre aplicações financeiras	439.753	213.656	439.761	214.252
Descontos obtidos	42		42	
Total	457.520	404.207	457.528	404.803
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(31.408)	(32.578)	(34.408)	(36.631)
Juros	(261)	(155)	(261)	(155)
IRRF s/ aplicações financeiras	(16.595)	(73.075)	(16.595)	(73.075)
Multas e juros	(1.045)	(948)	(1.045)	(1.147)
Total	(49.309)	(106.756)	(52.309)	(111.008)
Resultado financeiro líquido	408.211	297.451	405.219	293.795

23. Imposto de renda e contribuição social (Controlada)

A despesa com imposto de renda e contribuição social é proveniente das operações da Arvorar Soluções Florestais Ltda., dessa forma as despesas com esses impostos constam apenas nas demonstrações financeiras consolidadas do Instituto. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Descrição	2014	2013
Circulante		
Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL	205.322	299.179
Alíquota fiscal aplicada	34%	34%
IRPJ	69.809	101.721
Exclusões permanentes	(66.336)	(74.253)
Total	3.473	27.468
Alíquota efetiva	14%	14%

24. Provisão para contingências

O Instituto está suscetível a ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa essas demandas judiciais pendentes e, quanto às ações com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, pode constituir provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Instituto não está envolvida em processos judiciais de qualquer natureza.

25. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Instituto não mantinha saldos oriundos de transações e/ou serviços contratados de partes relacionadas.

Remuneração de administradores

Os administradores do Instituto são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica “Despesas de pessoal”, no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração do Instituto não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

26. Instrumentos financeiros e derivativos

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Instituto incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração do Instituto.

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Administração do Instituto não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

27. Gestão de riscos

Considerações gerais e políticas

O Instituto possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Risco de liquidez

É o risco que o Instituto irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicação financeiras mantidas em instituições financeiras.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

28. Cobertura de seguros

A Administração do Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros contra riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

* * *

Nazaré Paulista – SP, 31 de dezembro de 2014.

Suzana Machado Padua
Presidente

Antonio Carlos Ayuso
Contador
CRC 1SP 082948/05